

Tempo

Aracatuba 25° 32°
Presidente Prudente 24° 32°
Piracicaba 19° 28°
Ribeirão Preto 22° 37°
Campinas 18° 27°
Ubatuba 18° 23°
São Paulo 15° 22°
Registro 17° 21°

Previsão para Capital

AMANHÃ: Nublado e dia todo, com chuva de manhã e à noite.
min 13° máx 18°

QUINTA: Nublado com chuva durante o dia. A noite a chuva diminui.
min 14° máx 17°

SEXTA: Nublado com chuva de manhã e temporal à tarde e à noite.
min 15° máx 22°

Rodízio Capital

Não podem circular na cidade de São Paulo das 7h às 10h e das 17h às 20h veículos com placas final:

HOJE: 3 e 4
AMANHÃ: 5 e 6

Nos fins de semana não há rodízio. Valor da multa é de R\$ 130,16.

NOTAS



DIVULGAÇÃO/PMB

Concurso público no interior de São Paulo. A Prefeitura de Birigui, no interior de São Paulo, está com inscrições abertas até quinta-feira (9/10) para concurso público com 33 vagas e formação de cadastro reserva (CR) na área da educação. O certame é voltado a profissionais com nível superior completo e oferece salários entre R\$ 3.896,91 e R\$ 9.277,02. Para o cargo de professor de Educação Física, o valor é de R\$ 28,61 por hora-aula. A seleção será feita por prova objetiva, marcada para 23 de novembro, e avaliação de títulos. As inscrições devem ser feitas no site do Instituto Access, com taxa de R\$ 54. Os profissionais aprovados atuarão em jornadas de 30 a 40 horas semanais. Candidatos interessados devem ter licenciatura plena ou outros cursos superiores exigidos no processo seletivo. (GSP)

Vagas de estágio. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) oferece 1.461 vagas de estágio abertas em diversos estados do Brasil. As oportunidades oferecem remuneração que varia de R\$ 350 a R\$ 2,8 mil. As vagas são abertas de maneira dinâmica, podendo variar conforme o estado e o tipo de oportunidade. O Programa IEL de Estágios já foi a ponte para mais de 1,5 milhão de estudantes encontrarem a oportunidade ideal. Para os interessados, basta entrar no portal IEL e buscar vagas compatíveis com o perfil do estudante. Além disso, há oportunidades para cursos técnicos e estudantes do ensino médio. No primeiro semestre de 2025, a rede IEL inseriu mais de 50 mil estagiários no mercado de trabalho. (GSP)

Serviços gratuitos. A Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC) promove nesta semana mais uma edição do Cidadania Itinerante, programa que leva unidades móveis com equipe especializada para oferecer serviços gratuitos como emissão de documentos, orientação jurídica, inclusão digital e acesso a direitos básicos. As ações acontecem na capital e em municípios das regiões da Baixada Santista, Campinas, Franca e São José do Rio Preto. Em cada local serão distribuídas 100 senhas por dia, por ordem de chegada, com término até uma hora antes do fim do expediente. Entre os serviços disponíveis, estão: Consulta Serasa; solicitação de 2ª via das certidões de nascimento, casamento e óbito; registro de boletim de ocorrência; e outros. (GSP)

GAZETA DE S. PAULO

"Um jornal independente é um jornal que tem a missão de levar à tona as informações que lhe são conferidas, não se vendendo aos interesses partidários e políticos, sempre focado em um único objetivo: informar corretamente os seus leitores. O Leitor em primeiro lugar".

SERGIO SOUZA
Fundador

DANIEL SOUZA
Diretor-Presidente

PAULO SOUZA
Diretor-Gráfico

ALEXANDRE BUENO
Diretor - Litoral Paulista

HIRAM BAROLI
Diretor Geral - GMG Brasil

ARNAUD PIERRE
Editor Imprensa

RENATA FERNANDES
Editora Website

JOSEPH SILVA
Editor Website

Jornal Gazeta de S. Paulo é uma publicação da empresa **Jornal Gazeta SP Ltda** - CNPJ: 04.735.364/0001-70 - **Fundado em 29/06/1999** - Circulação: Nacional e no Estado de São Paulo - **Periodicidade:** Diária - **Preço/Exemplar:** R\$ 4,00 / Balcão: R\$ 4,00 / DF e outros Estados: R\$ 5,00 - **São Paulo:** Rua Tullio Ioi, A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-000 - Fone/Fax: (11) 3729-6600 - **Representantes em Brasília:** (61) 3321-9440 - **Tragem por edição:** 41618 exemplares - **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Estadão Conteúdo (EC), Iolhappress (FP). Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM A GAZETA

Edição - Arnaud Pierre
editor@gazetasp.com.br
Capital
redacao@gazetasp.com.br
Comercial
comercial@gazetasp.com.br
Administrativo
joana@gazetasp.com.br

Faturamento
faturamento@gazetasp.com.br
Cobrança
financieiro@gazetasp.com.br
Distribuição
daniel@gazetasp.com.br
Gráfica
alexandre@gazetasp.com.br
Telefone - 11.3729-6600
Site - www.gazetasp.com.br

GMG

Jornal Associado:

Instituto Verificador de Contas

Galloro

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ANÁLISE E OPINIÕES

Uma reforma muito mais ampla do que parece



» Edison Silva e Cezar Miola



Discutida há mais de duas décadas sob diferentes governos, a reforma administrativa ganha novo impulso a partir do atual debate no Congresso Nacional. Embora importante para a modernização e qualificação do setor público brasileiro, essa reforma por vezes esbarra em controvérsias menores, que ofuscam o interesse verdadeiramente maior: os benefícios ao cidadão. Mas uma nova perspectiva pode mudar esse cenário.

Trata-se de aproveitar a ocasião para enfrentar alguns dos grandes desafios atuais da "máquina pública", num contexto em que a sociedade cobra transparência, desempenho e qualidade nas entregas. Declarações recentes do relator do grupo de trabalho na Câmara, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), sinalizam que o momento é favorável. O parlamentar, que prepara o texto a ser apresentado à comissão especial da reforma, afirmou que irá incorporar à redação uma revisão anual de despesas e um sistema de avaliação das políticas públicas.

Acreditamos que esses objetivos podem contar com a colaboração dos Tribunais de Contas (TCs), órgãos neutros na estrutura do Estado. De um lado, cabe mencionar as contribuições já entregues pela Atricon à Câmara dos Deputados, relacionadas, em síntese, à valorização dos servidores e do serviço público. Por outro, entendemos por, respectivamente, sugerir a inclusão de uma nova e específica abordagem no tocante às competências dos órgãos de controle. Com isso, cogitamos um acréscimo ao artigo 71 da Constituição, cuja essência poderia ser conformada em termos como: "XII - instituir, na forma da lei, mecanismos de reconhecimento de práticas administrativas inovadoras que qualifiquem a prestação de serviços à população e promovam a transparência, a eficiência e a eficácia na execução dos gastos públicos e na arrecadação das receitas".

Nossa proposta encontra correspondência na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), que previa a criação de um Conselho de Gestão (até hoje não aprovado), incumbido de, junto com outras importantes atribuições, instituir formas de reconhecimento quando se alcancem resultados meritórios nos respectivos entes. Aliás, tirar esse Conselho do papel também parece se colocar como uma das metas do relator, o que reforça a relevância da indução positiva como mecanismo de aprimoramento da administração pública.

Por vezes os Tribunais de Contas são referidos como causadores de entraves à inovação no ambiente governamental, alegando-se que sua atuação, supostamente intolerante com qualquer erro ou insucesso, implicaria o "congelamento" do administrador (em outras palavras, o dito "apagão das canetas"). A propósito, se, de um lado, tem-se o clamor coletivo por mais probidade e melhor performance no gasto público, relatórios de auditoria produzidos por TCs também indicam a existência de grandes investimentos públicos movidos essencialmente pelo que se convencionou chamar de "viés de otimismo", ou, eventualmente, até por má-fé. Não raro, deparamo-nos com a aventura às custas do erário, sem se atentar ao planejamento, ao autocontrole e à avaliação de impactos.

Pois bem, é esse tipo de conduta que se busca impedir; jamais restringir o pensamento criativo e

a adoção de alternativas "não convencionais", que merecem ser estimuladas e valorizadas. Assim, a inserção do dispositivo ora proposto traduz mais uma manifestação concreta do controle no sentido de andar ao lado do gestor (sempre respeitada a moldura constitucional), fomentando a adoção de iniciativas de excelência.

Com efeito, a sugestão que aqui se coloca parte da convicção de que o controle externo não deve se restringir a apontar eventuais falhas ou irregularidades e a aplicar sanções (o que, indubitavelmente, é seu dever). Também lhe cabe incentivar condutas éticas, transparentes e inovadoras, comprovadas por evidências. Ao reconhecer ações positivas, os Tribunais de Contas contribuem para prevenir desvios e consolidar uma cultura de integridade e boa governança, voltada aos interesses da cidadania. Repetindo: sem abdicar das suas funções típicas (de resto indelegáveis e inarredáveis), os órgãos de controle igualmente têm a possibilidade de destacar condutas virtuosas, estimulando relações de confiança, junto com o respeito ao regime democrático, às instituições da República e aos seus agentes.

Nesse sentido, os TCs podem exercer papel estratégico ao analisar as contas do gestor, identificando, registrando e destacando práticas que representem avanços, por exemplo, em searas como governo digital, modernização e racionalização administrativa, valorização dos servidores, controle interno, probidade, inteligência artificial, sustentabilidade e diálogo com a população.

Inúmeras experiências bem-sucedidas já mostram que a atuação pedagógica, preventiva e preditiva das Cortes de Contas, somada à solução consensual de controvérsias, ao acompanhamento continuado e à fiscalização, gera notáveis efeitos multiplicadores. São demonstrações de que esse movimento qualifica todo o ciclo das políticas públicas, desde o planejamento até a implementação e a avaliação, em sintonia com o princípio da eficiência administrativa.

O reconhecimento institucionalizado de práticas inovadoras também contribuirá para a consolidação dos Tribunais de Contas como verdadeiras casas da cidadania, ajudando, inclusive, a fortalecer sua legitimidade, além de fomentar uma relação de confiança com seus jurisdicionados e junto à sociedade.

Trata-se, acreditamos, de uma medida simples, impessoal, não onerosa, mas fortemente indutora e de grande potencial transformador, capaz de alinhar ainda mais os objetivos e compromissos do controle externo às demandas e necessidades contemporâneas.

*** Edison Silva é presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon e Cezar Miola é ex-presidente e atual vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Atricon**

Trata-se de aproveitar a ocasião para enfrentar alguns dos grandes desafios atuais da "máquina pública", num contexto em que a sociedade cobra transparência, desempenho e qualidade nas entregas

